



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**

***Estado de Minas Gerais***

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 150/2021**

***“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO  
DO ABONO-FUNDEB AOS  
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO  
BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE  
ENSINO, NA FORMA QUE  
ESPECIFICA.”***

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SARZEDO

Faço saber que a Câmara Municipal de Sarzedo/MG aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo concederá aos profissionais da educação básica vinculados à Secretaria da Educação, em caráter excepcional, no exercício de 2021, o abono denominado Abono-FUNDEB, para fins de cumprimento do disposto no inciso XI do artigo 212-A da Constituição Federal.

Parágrafo único. O valor global destinado ao pagamento do Abono-FUNDEB será estabelecido em Decreto do Chefe do Executivo. O valor necessário para atingir a aplicação mínima de 70% dos recursos recebidos do FUNDEB, será apurado pelo Poder Executivo Municipal e posteriormente dividido, entre os profissionais da educação básica em efetivo exercício.

Art. 2º Poderão receber o abono previsto no artigo 1º desta Lei Complementar os integrantes do quadro do magistério, titulares de cargos ou funções-atividades previstas na Lei Complementar nº 25 de 2004 e suas alterações.

Art. 3º O valor do abono será concedido de forma proporcional, considerando o vencimento base de cada um dos servidores do quadro do magistério da Secretaria Municipal de Educação titulares de cargos ou funções/atividades previstas na Lei Complementar nº 25 de 2004 e suas alterações.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**

***Estado de Minas Gerais***

§1º. Os profissionais da educação básica terão o abono- FUNDEB distribuído proporcionalmente, considerando-se os meses efetivamente trabalhados. Será considerado como mês integral para cálculo da parcela, a fração igual ou superior a 15 dias no serviço público.

§2º Caso o servidor seja titular de mais de um vínculo com a Secretaria Municipal de Educação, fará jus em face de acumulação prevista constitucionalmente ao recebimento do valor do abono nos respectivos vínculos, desde que esteja em efetivo exercício.

Art 4.º O valor do abono não será, em hipótese nenhuma, incorporado à remuneração para nenhum efeito, bem como não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Art. 5º. O disposto nesta lei não se aplica aos inativos e pensionistas.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado para o corrente exercício, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, abrir créditos suplementares afim de atingir o mínimo de 70% dos recursos disponíveis na conta municipal do FUNDEB.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sarzedo, 17 de Dezembro de 2021.

**Marcelo Pinheiro do Amaral**

**Prefeito Municipal**